

PARECER CDHC Nº 32/2024 AO PLO Nº 137/2023

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA sobre o Projeto de Lei Ordinária nº 137/2023, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de realização de cadastros dos clientes das empresas do mercado imobiliário situadas no município do Recife.”, de autoria do Vereador Rinaldo Júnior; pela APROVAÇÃO.

RELATOR: Vereador MARCO AURÉLIO FILHO.

RELATÓRIO

A Comissão de Direitos Humanos e Cidadania recebeu para análise e emissão de parecer o presente Projeto nos termos do Art. 119 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife (RICMR).

A Proposição foi apresentada na Reunião Plenária do dia 19/06/2023, em regime ORDINÁRIO (art. 31, §2º da LOMR e art. 284, II do RICMR), e encaminhada às comissões legislativas. O prazo para recebimento de emendas encerrou em 04/07/2023. Vem, agora, à Comissão de Direitos Humanos e Cidadania para ser apreciada no tocante ao mérito consoante aos termos do Art. 287, I, “c” do mesmo RICMR.

VOTO

GABINETE DO VEREADOR MARCO AURÉLIO FILHO

Câmara Municipal do Recife. Rua da União, nº 273, Anexo 1, 2º andar, Boa Vista, Recife - PE.

Fone: 3301-1291/1248 | WhatsApp: (81) 9821-28999

E-mail: marcoaurelio.filho@recife.pe.leg.br | gabinetemarcoaureliofilho@gmail.com



O Projeto em apreço determina que as empresas que operam no mercado imobiliário, em atuação no município do Recife fiquem obrigadas a manter cadastro atualizado dos seus clientes. Em sua justificativa, o autor argumenta que:

“Exigindo-se o devido cadastro pelas empresas imobiliárias cria-se maneira de auxiliar no combate ao cometimento de crimes e na sua apuração, pois poderá municiar as autoridades policiais de informações relevantes para solução de casos como tais. Hoje já temos Leis que versam sobre a responsabilidade dos dados dos clientes, observando-se as disposições da Lei Federal nº 13.709 de, 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD)”.

Oportunamente, acrescento que o Projeto em análise se alinha diretamente aos princípios basilares desta Comissão elencados no Art. 119 do RICMR. Desta feita, sua aprovação contribui para a implementação de políticas públicas inclusivas, fortalecendo os pilares democráticos, promovendo o bem-estar social e reafirmando o compromisso deste Poder Legislativo de reduzir as desigualdades e proteger os direitos fundamentais de todos os cidadãos, sobretudo da população em situação de vulnerabilidade e risco social.

Importante frisar que a apreciação realizada por esta Comissão restringe-se a matérias afetas a ela, conforme prevê o Art. 152 do Regimento Interno desta Casa, devendo as Comissões competentes analisarem o aspecto jurídico, financeiro e orçamentário desta Proposição nos termos do RICMR.

Neste sentido, vejo-me compelido a aprovar a Proposição. Isto posto, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei Ordinária nº 137/2023, de autoria do Vereador Rinaldo Júnior.

MARCO AURÉLIO FILHO

Vereador Relator

CONCLUSÃO DA COMISSÃO

GABINETE DO VEREADOR MARCO AURÉLIO FILHO

Câmara Municipal do Recife. Rua da União, nº 273, Anexo 1, 2º andar, Boa Vista, Recife - PE.

Fone: 3301-1291/1248 | WhatsApp: (81) 9821-28999

E-mail: marcoaurelio.filho@recife.pe.leg.br | gabinetemarcoaureliofilho@gmail.com



Do exposto, opina a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei Ordinária nº 173/2023, de autoria do Vereador Rinaldo Júnior.

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, de 13 de Dezembro de 2024.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

MARCO AURÉLIO FILHO
Presidente

IVAN MORAES
Vice-Presidente

JOSELITO FERREIRA
Membro Efetivo

LUIZ EUSTÁQUIO
Suplente

MICHELE COLLINS
Suplente

GABINETE DO VEREADOR MARCO AURÉLIO FILHO

Câmara Municipal do Recife. Rua da União, nº 273, Anexo 1, 2º andar, Boa Vista, Recife - PE.

Fone: 3301-1291/1248 | WhatsApp: (81) 9821-28999

E-mail: marcoaurelio.filho@recife.pe.leg.br | gabinetemarcoaureliofilho@gmail.com

